

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PRÁTICA SOCIAL UTILIZADA PARA MANUTENÇÃO DO PODER POLÍTICO

Georgia Patrícia da Silva¹
Sérgio Figueiredo Ferretti²
Sílvia Bernardo³
Wendri da Silva Lisboa⁴

Resumo

Este trabalho se situa na continuidade do debate incitado por vários estudiosos sobre as metamorfoses dos centros históricos. Procura-se enunciar algumas contradições entre discursos e práticas manifestadas na cidade de São Luís - MA tendo como pano de fundo o protagonismo do programa de revitalização *versus* atuação do poder público sobre o legado cultural. O objetivo principal consistiu em analisar como determinados políticos se apropriaram da questão da proteção do patrimônio histórico-cultural. Os temas referentes a (re)apropriação das áreas centrais antigas adquiriram na atualidade incontestável relevância. Na maioria das vezes, os resultados das intervenções nos centros antigos são apresentados como fatos que só têm lado positivo, já que, o movimento que seleciona a “memória oficial”, escolhida por governos em nome da tradição dá supremacia para a valorização do acervo cultural arquitetônico. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa é de caráter exploratório permeada pela interdisciplinaridade. Foram consultados documentos institucionais relativos ao programa de preservação, partindo para identificação de fatos, e estratégias desveladas para sua implementação. Percebeu-se que a prática preservacionista funcionou, um lócus privilegiado, de oportunidades de investimentos rentáveis ao poder político, o que acabou resultando em novas configurações urbanas com a manutenção do *status quo* de determinados indivíduos.

Palavras-chave: Poder político; Patrimônio; Preservação; Centro Histórico

¹ Doutora em Políticas Públicas UFMA/IFRR. Professora e Pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR – Brasil. Email: geoufpe@yahoo.com.br

² Doutor em Antropologia- UFMA . Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Maranhão – UFMA-Brasil. Email: ferrettisf@gmail.com

³ Mestranda em Educação. Professora da Faculdade Atual da Amazônia. Email: silvinhabernado@yahoo.com.br

⁴ Especialista em Gestão Empresarial. Email: wendrilisboa@hotmail.com

1. Introdução: inquietações sobre uma política de revalorização de um de centro antigo desvalorizado

Nos últimos anos, os programas de preservação⁵ vêm ganhando espaço e se destacando como assunto relevante na agenda dos governos das cidades. Num momento em que se “(re)descobriu” a potencialidade da cultura houve um direcionamento de ações e recursos para os centros antigos onde estão localizados inúmeros bens arquitetônicos e históricos que estavam relegados e que, de uma hora para outra, passaram a ser ícones urbanos para atrair e desenvolver o turismo.

No Brasil, muitos centros antigos foram requalificados, e embora estejam em diferentes localidades, tiveram projetos que se tornaram muito semelhantes, pelo fato de destinarem recursos para os espaços de grandes potenciais turísticos por serem marcadas determinadas atividades industriais que tiveram um certo apogeu no passado. Os resquícios dessa época, considerada áurea, guardam marcas e histórias que recebem significados diversos no transcorrer do tempo.

Embora se registrem no país esforços para valorizar as áreas antigas, ainda é presente o estigma, consequência do deslocamento da classe dominante para áreas recheadas de atrativos naturais e equipamentos oferecidos pela construção civil. O movimento citadino para fora do centro resultou em profundas alterações da economia, na medida em que também passou a ser ocupado por classes populares, resultando na perda da popularidade e ganho de má reputação.

Não é de admirar que a caricatura desses centros antigos, nas décadas de 60 e 70, remetesse ao estado de deterioração, de abandono e decadência. E foi sob a identificação do quadro do arruinamento que se proliferaram inúmeros projetos para reverter essa feição, considerada decadente e imprópria para o contexto atual. Uma das soluções mais exaltadas consistiu na mudança funcional, devido às intervenções

⁵ Reconhece-se que os termos *revitalização*, *requalificação*, *renovação* e *reabilitação* têm sentidos diferenciados no urbanismo. Neste trabalho serão utilizados como sinônimos para indicar ações sobre contextos existentes, construídos e consolidados que pretendem dar uma nova função e forma a arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico (SCHICCH, 2005).

realizadas, sob forma do (re) qualificação turística que caminham para criar a qualquer custo uma imagem que desperte o desejo de antigos e novos consumidores.

O que chama mais atenção é que se pretende apagar o descaso do poder público, e em pouco tempo mudar as imagens negativas que se teve no passado com a mudança funcional. Não é difícil de afirmar que a precariedade dos centros antigos se deu muitas vezes por vontades políticas e interesses econômicos, e que ainda insistem em manter a política do desprovimento de instrumentos urbanísticos, o processo de esvaziamento funcional e a degradação física do tecido urbano.

Sob o discurso da revitalização disfarçam-se os problemas do tecido urbano que serve de palco às novas funções, reforçando as formas de manutenção do poder político. É um movimento que vem se instaurando com o sistema que incute o resgate da cultura ameaçada e crítica qualquer ato contra o patrimônio cultural. Pode-se entender que as ações são operacionalizadas de forma estratégica para efetivar a manutenção do poder, criando paisagens para transformar o lugar e fortalecendo a imagem de determinados grupos e indivíduos.

Independentemente da razão, maior ou menor que possa assistir o comportamento acrítico em relação às práticas de preservação e revitalização, o que parece fundamental é que haja discussões que possam ser confrontadas com o caráter funcionalista-positivista das intervenções urbanas, praticamente rodeadas de numerosas “propagandas” que tentam convencer que a “reabilitação” do antigo centro traz inúmeros benefícios, dentre eles o aumento de renda da população local devido ao desenvolvimento do turismo, fato este que é ilusório em muitas cidades.

A inquietação da pesquisa aponta para a reflexão sobre o fenômeno de revitalização do Centro Histórico de São Luís com seus espaços vazios e também acusado de decadente; sua causa e consequência frente à dinâmica de produção do espaço urbano. A partir dessa estratégia, esse espaço foi (re) apropriado e, ao mesmo tempo, valorizado por suas possibilidades produtivas.

O centro antigo de São Luís, semelhantemente a outros centros revitalizados, adquiriu uma forte carga simbólica, acompanhado inúmeros adjetivos massificados

pelas estratégias de divulgação – tudo para envolver os indivíduos emocionalmente. Assim, passou a representar a “identidade” da cidade, tornando-se, em tese, o lugar peculiar da sua cultura e memória. Percebe-se um esforço do poder público e outras instituições de poder para congelar práticas e processos materiais de reprodução da vida social em uma espécie de cartão-postal, retrato organizado, visualmente estetizando os bens culturais transformados em patrimônio.

Não apenas em São Luís, mas em muitas outras cidades, o patrimônio cultural desempenha um papel simbólico, podendo representar a história e o fato que deve e quer ser lembrado. Considera-se que essas representações simbólicas lhes reduzem à exclusão, já que os valores que ele representa e encarna são privilegiados pelo sistema capitalista que os fomenta e que os valoriza. Essas representações simbólicas sustentam e legitimam a indústria cultural. Segundo Adorno, na indústria cultural tudo se transforma em negócio, enquanto negócios sem fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

O antigo centro de São Luís foi historicamente ocupado por empresas diversas que se valeram das atividades portuárias e que séculos depois foi ocupado por classes populares, com os denominados cortiços. Nesse caso, essa ocupação do solo urbano, indesejável aos olhos da classe dominante, foi configurada nos meios de comunicação como espaço urbano decadente e impróprio. Esse espaço, relegado e desvalorizado também pelo poder público, que até então não tinha uma história que valesse a pena ser “lembrada”, transformou-se em mercadoria atrativa quando, no ano de 1997, tornou-se um cartão-postal da cidade, com a obtenção do certificado da UNESCO de patrimônio cultural da humanidade.

É de se notar, portanto, a necessidade de avaliar muito mais a atuação do poder público na Praia Grande no que tange à sua intervenção nas mais diversificadas esferas, na medida em que tem a seu cargo a orientação e definição de metas que planificam e controlam o uso do solo. O intuito não recai no sentido de denunciá-la, mas no de entender o processo de desenvolvimento urbano mediante a aplicação de estratégias que dão visibilidade aos patrimônios e quem se beneficia mais com isso.

Os temas referentes à (re)apropriação das áreas centrais antigas adquiriram na atualidade incontestável relevância. Na maioria das vezes, os resultados das intervenções nos centros antigos são apresentados como fatos que apresentam o lado positivo, já que o movimento que seleciona a “memória oficial”, escolhida por governos em nome da tradição dá supremacia para a valorização do acervo cultural arquitetônico. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa é de caráter exploratório, permeada pela interdisciplinaridade. Foram consultados documentos institucionais relativos ao programa de preservação, partindo para identificação de fatos, e estratégias desveladas desde sua concepção até a implementação.

2. Revitalização do centro histórico de São Luís

O antigo centro de São Luís foi sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande e primeiro quartel de centúria. Por ser uma área portuária, tornou-se centro comercial, onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades comerciais e residenciais por muitos anos. Contudo, vários fatores geográficos, como a presença constante de terrenos baixos e pântanos que dificultavam o atracamento dos braços, fizeram com que aterros fossem realizados para melhorar o intercâmbio comercial com vários países.

Por mais de 300 anos, esse espaço urbano foi a mais importante localização da cidade e, além de reunir uma gama variada de funções e de pessoas, concentrou funções institucionais, administrativas, comerciais e financeiras, foi privilegiada com investimento de órgãos do poder público e agentes privados, que se sediaram nessa área, dando-lhe uma configuração nos padrões de uso e ocupação do solo urbano. Devido às transformações em curso na cidade, deixou de ser centro. De acordo Villaça (1998): “(...) nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro. No Maranhão (1981) registra-se a perda de centralidade:

A área em questão – de aproximadamente 7 hectares – funcionou desde a fundação da cidade como centro econômico da província/ estado. Ali instalaram-se as companhias de importação e exportação, armazenamento e comercialização, que dirigiam o desenvolvimento da região. Intervenções

econômicas dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente esta vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje já manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações sub-utilizadas e mal conservadas.(Maranhão, 1981, p.8)

Como o centro antigo deixou de ser interessante para as classes dominantes, assistiu-se ao êxodo de instituições, bancos, repartições públicas para áreas consideradas atualmente mais atrativas. Conseqüentemente, essa conjuntura fez com que a área considerada central fosse desprestigiada pelo poder público, que reduziu a aplicação de recursos em serviços básicos para realizar benfeitorias em outros lugares propícios à maior especulação imobiliária.

Com pouca vitalidade, o centro antigo passou a ser visto como um problema dado à criação de novas centralidades. De acordo com cada situação específica, os padrões de uso e ocupação daquelas áreas urbanas antigas foram sofrendo alterações e modificações e, nesse sentido, tornaram-se um entrave para a cidade, já que a rede intraurbana ficou subutilizada, com pouca manutenção, sendo algumas vezes um empecilho à modernização. Além disso, o desenvolvimento de atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais, desenvolvidas por classes populares ganham destaque na mídia, o que ajuda a estigmatizar os moradores e desprestigiar mais ainda a área em questão.

Nesses termos, houve o esvaziamento urbano como resultado da política urbana adotada que não conseguiu incorporar os estoques imobiliários, mas também dos processos especulativos e as atuações do mercado imobiliário, que interferiram nas decisões sobre quais localizações serão beneficiadas pelos investimentos públicos. Assim, os monumentos e fragmentos urbanos considerados significativos no passado perderam valor de uso, numa espécie de desintegração, sem quase conexão com as novas áreas da cidade, tornando-se inadequados às necessidades urbanas atuais.

Shor e Teixeira (2007), ao discutirem as causas e conseqüências dos vazios urbanos no contexto das cidades, ressaltam que o problema dos vazios urbanos não está exclusivamente na relação de oferta e demanda, mas também nos motivos que determinaram a sua formação, assim como o preço da terra e a sua localização diante da capacidade de pagamento dos demandantes.

Sob o discurso de valorizar centro antigo e salvar a cultura, o poder público de São Luís, desde a década de 1970, se propôs a melhorar a infraestrutura necessária à refuncionalização turística, criando o Programa de Preservação do Centro Histórico. Com isso houve o aumento da transformação de bens em patrimônio cultural, o que ajudou a justificar ainda mais a implementação da política de preservação mediante o reconhecimento da consagração de personagens, histórias, imóveis, festividades e outros elementos como referências do lugar.

Isso foi uma atitude homogênea já que sob a influência das agências multilaterais, na década de 1970 os centros antigos “inadequados” foram incorporados ao planejamento e gestão do território, fato que consubstanciou uma configuração de novos usos e funções com as políticas culturais, as quais passaram a ser pouco mais que interpretações de versões internacionais, imbuídas de ideologias e valores globais. A maior demonstração dessa tese centra-se nos inúmeros programas de revitalização disseminados no Brasil e em todo o mundo.

Para formatar o programa oficial da preservação em São Luís, o governo da época, sob a gestão de João Castelo (1979-1982), promoveu uma reunião com especialistas em patrimônio, em outubro de 1979. Conforme o parecer de Aloísio Magalhães, então presidente do SPHAN, essa reunião teve como objetivo analisar e discutir a proposta denominada de Renovação Urbana da Praia Grande, elaborada pelo arquiteto americano John Ulric Gisiger⁶. O resultado desse encontro ficou conhecido como a 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande.

Como recomendação principal, os participantes da Convenção Nacional da Praia Grande propuseram a criação de uma comissão de coordenação dos projetos e de um grupo de trabalho executivo, a qual foi criada oficialmente pelo Decreto Estadual nº. 7.435, de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN, sob a coordenação geral executiva do arquiteto Ronald de Almeida Silva e dos coordenadores setoriais, o

⁶O arquiteto Gisiger, formado pela Cronell University dos EUA, catalogou e classificou os “monumentos históricos” de São Luís. Em entrevista com Phelipe Andrés, ex- Coordenador Geral do Projeto Praia Grande, em 10 de julho de 2009 afirmou que juntamente com Ronald Almeida e Gisiger, constituíram, a partir do Encontro, um grupo de trabalho que produziu o chamado Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

engenheiro Luiz Phelipe Andrès⁷ e o arquiteto John Ulric Gisiger. Participaram, ainda, os representantes da prefeitura, do governo do estado e da Universidade Federal do Maranhão⁸.

Segundo entrevista com um dos coordenadores do programa à época, Phelipe Andrès, a proposta de Gisiger (1978) se apresentou como uma das mais importantes ações de preservação colocadas à disposição de São Luís, com o objetivo de promover a revitalização da Praia Grande por meio de ações que integravam a preservação de patrimônio e desenvolvimento urbano, contemplando os aspectos culturais, econômicos, sociais, financeiros e urbanos. Além dessa intenção, a proposta esteve focada na solução de problemas graves que atingiam a área: o abandono, a deterioração e a pobreza.

A reflexão sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico de São Luís foi criada à luz da proposta de Gisiger chamada de Renovação Urbana da Praia Grande. O documento elaborado por este arquiteto apontou a necessidade de resguardar e conservar a "história" da cidade. O nome da proposta foi relegado porque o termo *renovação* remontava à demolição, visto que alguns projetos com esta denominação fora do Brasil apontaram "consequências desastrosas" para o patrimônio. Para não haver nenhuma associação com essas experiências, o projeto foi denominado como Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, ou simplesmente Projeto Praia Grande⁹.

⁷Luís Phelipe Carvalho de Castro Andrès, desde 1980, desempenha atividades voltadas para o patrimônio. Fez mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE. Pertenceu ao Conselho Consultivo do IPHAN (desde 2000) e ao Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (desde 2007). Foi coordenador Administrativo do Programa Preservação e Revitalização do Centro Histórico São Luís (1983-1984) e coordenador Geral do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (1984-1989).

⁸A UFMA, por sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE), através da proposta de renovação de John U. Gisiger contribuiu com considerações, sugestões e projetos de ordem histórica, cultural, artística, sociológica, econômica, social e legal mediante um documento apresentado pelos cursos de História e Geociências, de Arte, de Sociologia e Antropologia, de Economia, de Serviço Social e de Direito (UFMA-PREXAE, p.02, 1979).

⁹Por falta de um nome próprio para designar todo o espaço do Projeto, adotou-se a imprecisão geográfica de denominá-la Praia Grande. Somente a parte central do projeto é conhecida por este nome, já que na realidade ele engloba desde o Cais da Sagração, ao norte, até o Desterro, ao sul, (MARANHÃO, 1981).



Figura 10: Foto do Livro Renovação Urbana da Praia Urbana
Esta ilustração faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andrès. (2007).

Mesmo tendo o poder público insistido em inserir no centro uma política de desenvolvimento que se impôs às áreas portuárias do Brasil com o movimento de proteção ao patrimônio e história da cidade. Tal movimento foi legitimado com a anunciada morte¹⁰ da região central e sua possível ressurreição. Mas o trabalho realizado não foi aceito por todos e, portanto, não teve fôlego e foi arrefecido. Contudo, por volta de 1987, as transformações no centro antigo tiveram outros rumos. O centro antigo volta a ser taxado de área basicamente decadente, e o discurso de resgatar o passado colonial glorioso adquire novamente força com o Projeto Reviver sob o seu preletor o político Epitácio Cafeteira.

2.1 O projeto reviver e sua estreita relação com o político

O projeto Reviver aparece como continuidade e ruptura, ao mesmo tempo. Comparando a proposta do arquiteto Gisiger (1978) e a execução do Reviver, vê-se que

¹⁰A pesquisa socioeconômica – Projeto Praia Grande - aponta o perfil econômico e social da área do Centro Histórico e a quantidade de famílias e as ocupações da Praia, mostrando que havia sociabilidade na área em questão, portanto área não estava morta (MARANHÃO, S/D).

nada tem de novo. Não só a preservação está inserida no projeto, mas também o desenvolvimento de atividades, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, à cultura, economicamente viáveis (MARANHÃO, 1988; MARANHÃO, 1981).

Assim, para dar continuidade aos trabalhos de preservação, o Governo Estadual está lançando o Projeto Reviver, cujo principal objetivo é assegurar de forma definitiva a preservação do patrimônio cultural do Maranhão. Concebido em várias etapas, terá como primeira fase o PROJETO REVIVER – PRAIA GRANDE que concentra suas ações na área mais tradicional de São Luís e seu primeiro núcleo de urbanização (MARANHÃO, 1988, p.04)

O Governador Eptácio Cafeteira (1987-1990), instituiu o Projeto Reviver pelo Decreto n°. 67, de 25 de maio de 1989 e apresentou o trabalho de revitalização, por fim concretizada, com maior exemplo de e para civilização.

Turistas de todo o mundo poderão, doravante, ter impressão oposta ao que se presenciava até recentemente e reconhecer o esforço e capacidade de nossa gente em defesa da memória e do patrimônio cultural do Maranhão e do Brasil, por extensão. Isso é desenvolvimento, é cultura, é progresso, sem desprezar a nossa História. A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização (MARANHÃO, 1988, p.04)

No desenrolar do Programa, foram contempladas ações de saneamento e melhoria de infraestrutura. Concomitantemente, houve a emergência e consolidação de um discurso hegemônico, baseado na construção social de uma imagem urbana direcionada ao desenvolvimento do turismo. As fases de formulação e implementação das ações soaram como uma estratégia de (re)apropriação do espaço devido à exploração de elementos simbólicos, estéticos, sociais e culturais, com implicações na composição urbana.

As decisões políticas para efetuar a requalificar o centro se concentraram em obras, sobretudo a recuperação de casarões, encarados como deteriorados e abandonados, símbolos de atraso, mas dotados de resistência física, vulneráveis, portanto, à destruição do tempo. No processo acelerado de (re)urbanização que, em última instância, tinha a intenção de criar um novo centro, predominou a valorização estética dos panoramas físicos, bem como o iminente desaparecimento deles, e a manipulação política e econômica impetrada através do projeto contribuiu para o

redimensionamento das representações sociais que o público tinha a respeito do centro, ao menos em parte.

E assim, na intenção de persuadir o público, de convencê-lo do fenômeno incontestado, criou-se uma linguagem específica, na qual os termos *identidade*, *memória*, *pertencimento*, entre outros, prevaleceram. De acordo com Moscovici (2003, p. 314), a criação desta linguagem é uma estratégia que, através do emprego de palavras associadas a novos sentidos, cria novas representações: “uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos, e esses, por sua vez, justificam seu uso”.

O programa de revitalização do centro com o Projeto Reviver recaiu incisivamente na decadência e morte da área, necessitando de uma suposta ressurreição, de uma nova vida para o espaço. O distinto governador da época, para implantação do programa, abusou da volta ao passado como uma espécie de plágio do estado decadente da agricultura que Almeida (2008) aponta no Livro Ideologia da Decadência quando Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Maranhão, que se estendem de meados da terceira até fins da penúltima década do século XIX, são unânimes em registrar em vários documentos informações concernentes ao que convencionaram denominar de decadência.

O procedimento resume-se em pensar uma existência anterior e vive-la, de uma forma idealizada, num momento presente que a desliga por completo. A reflexão se dá pela evocação do avesso. A apologia do progresso, que é um objetivo presumivelmente alcançável, passa por esta idealização do passado (ALMEIDA, 2008).

As clivagens que orientam o discurso do projeto transmitiam continuidades e descontinuidades necessárias e imprescindíveis para que se possa imaginar um futuro que, de forma alguma, deve ser visto com estranheza e sim como uma recuperação, de certo modo, possível do passado “áureo”, posto que fica transparente nas interpretações das falas e discursos do representante do governo estadual que é possível se reconstituir de maneira concreta a situação anterior e que cabe nutrir as possibilidades futuras por meio da aplicação das medidas esboçadas pelo projeto de recuperação urbana.

Esse projeto permeado por mudanças (sejam no campo físico ou abstrato) no fim das contas acabou beneficiando aquele que deu nome ao “filho”. Não bastou apenas

isso, foi preciso apresentá-lo a todos, enfatizando só o lado positivo. Neste sentido, o “pai” do programa ganhou visibilidade, porque salvou a cultura que estava no caminho do esquecimento e destruição. A suposta preocupação de salvar a “história” para as gerações presentes e futuras transformou o governador Cafeteira em um político muito lembrado pelas pessoas da cidade.

O discurso de salvar a cultura e desenvolver a região, ponto comum nos diferentes projetos de preservação, o poder político, por trás da figura do político Cafeteira, além de interferir nos aspectos urbanísticos, construiu um novo símbolo para o centro antigo: o Reviver. No processo de “reconstrução” do centro, o projeto saiu do abstrato das ideias e se concretizou fisicamente. Assim, o bairro que originou a cidade, bairro da Praia Grande passou a ser chamada vulgarmente de Reviver.

Figura 1: Vista área do antigo centro de São Luís, também conhecido como Reviver



Fonte: Santo e Marcelo (2006)

Como num passe de mágica, o Reviver se materializou do nada, narrativamente, quando apareceu como imagem construída, com cenas que iam em direção à construção de “fatos”, nos quais a personagem principal se movia para dar vida a um tempo morto,

a uma paisagem sem cor. Assim, Cafeteira, como personagem, se tornou o “mocinho” que criou essa nova paisagem.

Enquanto o renascimento do centro em 1987 visava ao patrimônio em campo privilegiado de produção do sentido, deu-se um impulso a Cafeteira no campo midiático como salvador da cultura, junto a outra política, Roseana Sarney. Por outro lado, ainda que a onda de preservação que se seguiu dependesse grandemente dos subsídios públicos, o peso do projeto o fez um defensor-mor do legado do povo maranhense. O que marcou esta fase foi o desencadeamento de obras e intervenções urbanas.

O processo de (re)produção de sentido em torno do “renascimento” do velho centro foi assumido por diversos meios de comunicação, notadamente pelo Sistema Mirante¹¹, para propor novas perspectivas em torno do patrimônio e sua relação com o turismo. Neste caso, a (re)interpretação sobre a identidade da cidade de São Luís permeou o despertar do dever do cidadão e a bondade do Estado de preservar a sua cultura, estimulando operadores cognitivos, que facilitam a criação e aceitação de novas paisagens que certamente reforçaram o poder político.

Nessa dimensão, vê-se que as estratégias de “reapropriação” do centro urbano estão arraigadas numa concepção que se quer legitimar, e convergem para criação de uma nova “imagem urbana” que determina novas formas e conteúdos relacionados aos encantos da “cultura encontrada”. Como estratégia para dirimir as resistências aos programas de preservação, o político aparece como o salvador de uma “espécie”, ameaçada de extinção pelas garras do tempo e omissão dos indivíduos, contribuindo, assim, para permear o discurso da preservação no Centro Histórico, no tempo do Reviver:

Neste sentido, o governador ganhou legitimidade em realizar as obras, uma vez que a cultura estaria fadada ao desaparecimento e, desta forma, comprometer-se-iam os únicos elementos que trariam um conhecimento mais profundo do povo para si mesmo e para os outros. Assim, o movimento “de volta à cidade” (BIDOU-ZACHARIASEN,

¹¹ Maior sistema de comunicação do Maranhão (pertencente à família Sarney), tem a Rede Mirante de Televisão, o jornal O Estado do Maranhão, a Rádio Mirante FM e a Rádio Mirante AM, além da veiculação pela Internet.

2006) sob a ideologia da preservação do espaço providencia transformações urbanísticas e a reforçou o *status quo* de determinados indivíduos e o seu poder político.

3. Conclusões

O Programa de Preservação, principalmente desdobrado no projeto Reviver tornou-se um elo com o então político Cafeteira, na medida em que a experiência de um centro revivido foi se associando à sua pessoa. E não por acaso, criador e criatura passaram a (re)ocupar um espaço privilegiado no campo midiático, uma vez que com o jogo de recursos midiáticos acabou se tornando um palco para observar as trincheiras da (re)produção de sentido, inclusive as relações mantidas entre um político e uma grupo que mantém um domínio sobre o sistema de comunicação.

O projeto Reviver tornou-se um recurso excepcional a serviço do poder político que buscava legitimar imagens de pessoas associadas às mudanças urbanas. O ápice do prestígio de Cafeteira foi usufruído pela fórmula do reavivamento do centro, visto que a preservação do patrimônio, desde o final da década de 1970, teve seus altos e baixos¹², e é com esse projeto que as transformações internas ganham maior peso e visibilidade com os recursos midiáticos.

O uso de um discurso do “desenvolvimento”, com a preservação da cultura, e o Cafeteira como apoio do grupo de comunicação da família Sarney, na verdade, permitiu a sua “imortalidade” no cenário do patrimônio de São Luís, fato que, em última análise, acabou monopolizando a informação/opinião dos indivíduos pelo jogo exercido com os recursos midiáticos.

O que esse político fez foi deter a atenção sobre essa intermediação urbana, o que lhe garantiu grandes vantagens, porque permitiu pela veiculação de informações, o que deve ou não deve ser difundido e, portanto, do que deve ou não ser pensado pelo

¹²Segundo Maranhão (1997), o programa de preservação foi desenvolvido em cinco etapas, mas apenas duas fases são lembradas: a primeira executada no biênio 1987-1988, quando o projeto ainda era conhecido como Praia Grande, e a segunda quando passou a ser conhecido como Reviver.

restante da sociedade. Logo, não é sem motivo que se tentou espalhar pelo mundo a obra *Reviver*¹³, em versão português-ínglês, de autoria do político Eptácio Cafeteira.

A autoridade conferida ao governo naturalizou o discurso entre passado e o presente que nem sempre foram equidistantes. Neste sentido, a própria concepção do nome *Reviver* é rica para se pensar a relação entre esses dois tempos. Tal atitude se revestiu em dois sentidos: de um lado, é como se quisesse apagar e selecionar fatos antigos em um repertório seletivo para fortalecer a identidade. O segundo sentido que pode ser percebido consiste na exaltação de aspectos mais estimulantes, mais glamorosos para que sejam criadas novas maneiras artificiais, cuja função é simplesmente o espetáculo (DEBORD, 1997).

A partir da análise sobre a experiência do *Reviver* na renovação do centro antigo, foram identificados elementos que apresentam evidências sobre a capacidade de alguns políticos que, sob o discurso dos ambientes renovados, se apropriam da cultura para manter o *status quo*. Percebeu-se que a consciência preservacionista funcionou, um lócus privilegiado, de oportunidades de investimentos rentáveis ao poder político, o que acabou resultando em novas relações e beneficiando indivíduos e determinados grupos.

Daí a verdade da afirmação de que quem conta é o fazedor da história e com o seu olhar e interesse, tenta olhar o presente com imagens fragmentadas do passado, que servem para privilegiar o enredo para o futuro. Mais do que atitudes saudosistas ou espécie de seguro contra o esquecimento, o programa de revitalização, desdobrado pelo *Reviver*, antes de tudo, serviu como instrumento de legitimação de interesses de políticos.

¹³Este livro, do ano de 1993, teve com título *Reviver* e foi traduzido para o inglês por Istvan Vadja, Patrícia Zimbres e Vanira Tavares, com prefácio de Américo Azevedo Neto. Foi enviado para representantes de várias instituições tais como da (o), Fundação Roberto Marinho, Ministério da Educação de Cuba, Governo do Estado do Minas Gerais, RADIOBRAS (Empresa Brasileira de Comunicações, UNESCO, entre outros (CAFETEIRA, 1994.)

4. Referências

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência: leitura Antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ANDRÈS, L. P. Apresentação de *Powerpoint* – **Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís**, Governo do Estado do Maranhão – Brasil 2007.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C.(coord). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.
- CAFETEIRA, E. **REVIVER: Revival**. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- MARANHÃO. **Projeto Reviver** – Praia Grande -Secretaria da Cultura. Preservação do Patrimônio Cultural, São Luís, 1988.
- _____. **Programa de obras para o Largo do Comércio e Adjacências. Projeto Praia Grande**: – SEPLAN. São Luís, 1981.
- _____. Comissão e Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PROJETO PRAIA GRANDE. – São Luís, SD.
- PREXAE, Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. **PROPOSTA PARA RECUPERAÇÃO URBANA DA PRAIA GRANDE**. – São Luís, 1979.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.
- SANTO, E.; MARCELO J. (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.
- SCHICCH. M. C. **Restauração, renovação, revitalização, requalificação, reabilitação**. Revista do Grupo Requalificação Urbana - Centro de Ciências

Exatas, Ambientais e de Tecnologias Arquitetura e Urbanismo CEATEC -.
PUC CAMPINAS, 2005.

SCHOR, S. M.; R. A. TEIXEIRA **O mercado de imóveis e os instrumentos urbanísticos para revitalização do centro de São Paulo**. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, 2007.

UFMA-PREXAE, **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande** -
Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
– São Luís, 1979.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp, 1998.